

PSICOLOGIA: COMPREENSÃO TEÓRICA E INTERVENÇÃO PRÁTICA 3



TALLYS NEWTON FERNANDES DE MATOS
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2020

PSICOLOGIA: COMPREENSÃO TEÓRICA E INTERVENÇÃO PRÁTICA 3



TALLYS NEWTON FERNANDES DE MATOS
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Tallys Newton Fernandes de Matos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: compreensão teórica e intervenção prática 3 /
Organizador Tallys Newton Fernandes de Matos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-463-4
DOI 10.22533/at.ed.634200710

1. Psicologia. I. Matos, Tallys Newton Fernandes de
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A família é responsável pela sobrevivência física e psíquica das crianças, ocupando o papel mais importante na vida de uma pessoa. Dela constitui-se o primeiro grupo de mediação do indivíduo com a sociedade, proporcionando os primeiros aprendizados, hábitos, costumes e educação. Antes de nascer a criança já ocupa um lugar na família e no seu meio social, são introduzidos desejos e expectativas pela sua espera que poderão fomentar hábitos futuros. É com os pais que as crianças encontram padrões de comportamento para a vida adulta, sejam estas características positivas ou negativas. Ou seja, os pais são os primeiros modelos do ser homem ou ser mulher, através de padrões de conduta, hábitos, valores, cultura e outros.

A primeira educação é muito importante na formação da pessoa, sendo esse o período em que estrutura a personalidade do sujeito. Podemos destacar diferentes autores que salientam tal pensamento, como Freud, Piaget, Vygotsky e Wallon, dentre outros. Neste sentido, existem experiências que podem marcar a vida da criança, podendo acarretar consequências na vida adulta.

Tais consequências, sejam positivas ou negativas, impactam diretamente no desenvolvimento do ser humano, possibilitando saúde, doença ou sofrimento. Quando tratamos de saúde, considera-se seu aspecto positivo para o desenvolvimento do ser humano. Porém, ao tratar de sofrimento e doença temos uma demanda que pode prejudicar o desenvolvimento do ser humano. Para tanto, são necessários modelos interventivos que venham a possibilitar a reconfiguração deste cenário.

Um destes modelos é a educação, com diversos segmentos e áreas de atuação, como medida interventiva que envolve diferentes profissionais. Nisto, a educação torna-se uma prática social humanizadora e intencional, cuja finalidade é transmitir conhecimento e cultura construída historicamente pela humanidade. Ou seja, o homem não nasce humanizado, mas torna-se humano por seu pertencimento ao mundo histórico-social e a educação é o instrumento que possibilita a resolução destas necessidades sociais frente as demandas de ensino e aprendizagem.

É importante destacar que o contexto da educação envolve “condições, organizações e relações” que estão em dinâmica e mudança constante. Um exemplo disso no contexto estudantil são as dificuldades de aprendizagem, transtornos de conduta, transtornos emocionais, fracasso escolar e altas habilidades. Já no contexto docente temos variáveis como: condições de trabalho; estresse; exaustão; ansiedade; *burnout* e o mal-estar. Frente a esta situação, tornam-se importantes as medidas avaliativas que possibilitem modelos de atuação como estratégias de intervenção de demandas neste cenário.

De acordo com o discurso anterior, a obra “*Psicologia: Compreensão Teórica e Intervenção Prática 3*” explora estudos direcionados à “família, infância, educação, avaliação, diagnóstico e intervenção, atuação profissional e mal-estar”.

Os tipos de estudos explorados nesta obra foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, revisão sistemática, estudo descritivo, revisão integrativa, estudo de caso, grupo focal, estudo reflexivo, pesquisa experimental, pesquisa exploratória e pesquisa histórico-cultural. É importante ressaltar nesta obra a riqueza e a pluralidade dos estudos desenvolvidos em diferentes instituições de ensino superior no contexto nacional.

Por fim, sabemos a importância da construção e reconstrução do conhecimento através da produção científica em benefício do desenvolvimento social. Portanto, saliento que a Atena Editora oferece uma plataforma consolidada e confiável, sendo referência nacional e internacional, para que estes pesquisadores explorem e divulguem suas pesquisas.

Tallys Newton Fernandes de Matos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DA ANOREXIA NERVOSA

Ana Karoline de Souza Pereira

Paula Lins Khoury

DOI 10.22533/at.ed.6342007101

CAPÍTULO 2..... 13

PSICOLOGIA, PSICANÁLISE E DIREITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL

Antonio Elieser Sousa Alencar

Caroline Godinho dos Anjos

Igor Boito Teixeira

Letícia Amanda Zank

Luísa de Oliveira Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.6342007102

CAPÍTULO 3..... 23

REPRESENTAÇÕES SOBRE INFÂNCIA NOS ANOS 50 DO SÉCULO XX, NO BRASIL: ALGUMAS REFLEXÕES

Marina Tucunduva Bittencourt Porto Vieira

Ana Carolina Freitas Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.6342007103

CAPÍTULO 4..... 35

EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Perpétua Thaís de Lima Feitosa Quental

Álvaro Jorge Madeiro Leite

Antonia Kaliny Oliveira de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.6342007104

CAPÍTULO 5..... 46

SINTOMAS DE ESTRESSE E PRESENÇA DE PROBLEMAS EMOCIONAIS E COMPORTAMENTAIS EM CRIANÇAS COM QUEIXAS DE DESATENÇÃO E HIPERATIVIDADE

Paula Racca Segamarchi

Claudete Veiga de Lima

Lara Caldas Medeiros de Sá Zandoná d Almeida

Lilian Meibach Brandoles de Matos

Marina Monzani da Rocha

DOI 10.22533/at.ed.6342007105

CAPÍTULO 6..... 62

A PSICOMOTRICIDADE DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Isabella Ester Felix

Daiane Letícia Boiago

Juliana Orsini da Silva

CAPÍTULO 7..... 74

CRIANÇAS CARDIOPATAS EM PERÍODO PANDÊMICO DO COVID-19/ SARS-COV-2 (NOVO CORONAVÍRUS) NO QUE TANGE O ASPECTO PSICOLÓGICO: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Maria Caroline Galiza de Moraes
Bianca Gonçalves Wanderley
Laila Queiroga Lucena
Luana Mesquita Montenegro
Marcus Winicius Mendes Formiga
Maria Izadora Soares Oliveira de Carvalho
Nathalie Félix Soares Arruda
Wellington Onias Alves Filho
Alisson Cleiton Cunha Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.6342007107

CAPÍTULO 8..... 84

TENDÊNCIAS DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL: ESTADO DA ARTE

Claudete Veiga de Lima
Cristiane Silvestre de Paula
Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira
Leni Porto Costa Siqueira

DOI 10.22533/at.ed.6342007108

CAPÍTULO 9..... 105

PROCESSOS PSICOLÓGICOS BÁSICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ABORDAGEM NA IMAGINAÇÃO E LINGUAGEM

Amanda Moreira da Veiga
Quellen Potter Regason
Suélen Rocha Centena Pizarro
Luíze Fagundes Ávila Rodrigues
Rosane Paz Souza
Lenise Álvares Collares Nogueira
Andréia Quadros Rosa
Adriane Griebeler
Lisandra Silva Lucas

DOI 10.22533/at.ed.6342007109

CAPÍTULO 10..... 118

EM ALGUM LUGAR ALÉM DO ARCO ÍRIS: A FANTASIA DE DOROTHY EM “O MÁGICO DE OZ” COMO DISPOSITIVO DE SUPERAÇÃO DOS LUTOS INFANTIS

Helen de Paula Almeida Abreu
Kadu Freitas Tavares Cordeiro
Arina Marques Lebrege
Ruth Helena Cristo Almeida

DOI 10.22533/at.ed.63420071010

CAPÍTULO 11	129
UMA EXPERIÊNCIA DE PSICOLOGIA ESCOLAR COM JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA	
Luiz Felipe Viana Cardoso Dener Luiz da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63420071011	
CAPÍTULO 12	142
REFLEXÕES SOBRE O ERRO CONSTRUTIVISTA NA TRANSIÇÃO DA ARITMÉTICA À ÁLGEBRA	
Diniz Antonio de Sena Bastos Lucas Sousa Santos Lilian de Nazaré Menezes Fortes Elias Lopes da Silva Junior Luzia Beatriz Rodrigues Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.63420071012	
CAPÍTULO 13	155
APLICAÇÃO DAS PROVAS PIAGETIANAS PARA AVALIAÇÃO DO PROCESSO COGNITIVO DA CRIANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR	
Juliana Maria Barbosa Adriano de Souza Alves	
DOI 10.22533/at.ed.63420071013	
CAPÍTULO 14	165
A MEDIAÇÃO COMO RECURSO NÃO MEDICALIZANTE NA SUPERAÇÃO DE IMPASSES EDUCACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM EXISTENCIALISTA	
Marcelo Peres Geremias Sandra Regina de Barros de Souza Leonardo José Paiva dos Santos Williams Ferreira Portela Pablo Michel Barcelos Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.63420071014	
CAPÍTULO 15	173
SEMILIBERDADE E INCLUSÃO: UM DESAFIO SOCIAL	
Fernanda Martins Teotonio Ana Beatriz dos Anjos Silva Eduardo Marck Cleverton Santos Fabiano Santos Lima Kathllen Kendra Rocha Silva Willionara Dias de Souza. Jamilé Santana Teles Lima Jarbene de Oliveira Silva Valença	
DOI 10.22533/at.ed.63420071015	

CAPÍTULO 16.....	181
SÍNDROME DE BURNOUT E ATIVIDADE FÍSICA EM PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL EMBLEMÁTICA “GONZÁLEZ VIGIL” HUANTA EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19	
Oscar Gutiérrez Huamani	
Delia Anaya Anaya	
Jessica Rodrigues Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.63420071016	
CAPÍTULO 17.....	194
ESTADOS DE ANSIEDADE EM AMBIENTE DE SIMULAÇÃO: UM ESTUDO COM PSICÓLOGAS EM FORMAÇÃO	
Carini Rebouças Chaves Sampaio	
Cíntia Reis Pinto Neves	
DOI 10.22533/at.ed.63420071017	
CAPÍTULO 18.....	207
ORTOREXIA NERVOSA: FATORES QUE INFLUENCIAM O SURGIMENTO DO TRANSTORNO EM ADULTOS	
Amanda Frazon Costa	
David Marconi Polonio	
DOI 10.22533/at.ed.63420071018	
CAPÍTULO 19.....	223
NÃO-PERTENÇA: UMA DEFINIÇÃO PSICOSSOCIAL	
Gabriela Cristina Borborema Bozzo	
DOI 10.22533/at.ed.63420071019	
CAPÍTULO 20.....	234
DESAFIOS DA GRADUAÇÃO: ATENÇÃO AOS CUIDADOS À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO ALUNO UNIVERSITÁRIO	
Jenaina de Fatima dos Santos	
Priscila Abreu de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.63420071020	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	252
ÍNDICE REMISSIVO.....	253

CAPÍTULO 2

PSICOLOGIA, PSICANÁLISE E DIREITO: CONSIDERAÇÕES SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 13/08/2020

Antonio Elieser Sousa Alencar

Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST
Lages – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/7403459834600351>

Caroline Godinho dos Anjos

Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST
Lages – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/6305998694520215>

Igor Boito Teixeira

Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST
Lages – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/1938839049969341>

Letícia Amanda Zank

Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST
Lages – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/4699569828530343>

Luísa de Oliveira Ferreira

Centro Universitário FACVEST – UNIFACVEST
Lages – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/4973967531266518>

RESUMO: O objetivo deste artigo é considerar sobre a alienação parental. Pegado em mãos o tema há a chance nada remota de se cair no erro de crê-lo como já bem falado. De perto, viu-se que este carece hoje de atenção. Logo, motivo de tal urgência se faz notar ao deparar-se com a arbitrariedade vista nos casos em que a alienação estar mais divulgável, porém surge a dificuldade

de entender o interior desta, o que não elide os sintomas que surgem na criança labirintada e que pode ser ponto norteador das buscas jurídicas. E outra: das mazelas emocionais em larga escala na vida dos envolvidos sobretudo o infante, as psicologias e psicanálise vislumbraram a carência de atualizar o mesmo caçando intervenções efetivas. Conclui-se que estas ciências poderão intervir na iância de não relações, de perdas simbólicas, sugerindo que o infante pode estar no lugar tamponador da falta parental, ainda que alienada.

PALAVRAS - CHAVE: Alienação Parental, Psicologia, Psicanálise, Estatuto da Criança e do Adolescente.

PSYCHOLOGY, PSYCHOANALYSIS AND LAW: CONSIDERATIONS ON PARENTAL ALIENATION

ABSTRACT: The purpose of this article is to consider parental alienation. Taken in hand, the subject is the far-off chance of making the mistake of believing it as already well-spoken. At close range it has been found that it needs attention today. Thus, the reason for such urgency is noted when faced with the arbitrariness seen in cases where the alienation is more publicized, but the difficulty arises to understand the inside of it, which does not eliminate the symptoms that arise in the labyrinth child and that can be a guiding point of legal searches. And another: from the large-scale emotional ills in the lives of those involved, especially the infant, psychologies and psychoanalysis saw the need to update it by hunting for effective interventions. It is concluded that these sciences may intervene in

the relationship of nonrelationships, symbolic losses, suggesting that the infant may be in the buffering place of parental lack, even if alienated.

KEYWORDS: Parental Alienation, Psychology, Psychoanalysis, Statute of the Child and the Adolescent.

1 | INTRODUÇÃO

Houve uma época em que as informações jurídicas, psicológicas e psicanalíticas não estavam no farol de discussões porque não se harmonizavam. Toda gama daquilo que poderia ser da ordem do direito, e o que seria do ambiente da psicologia, atuavam separadamente. A despeito disso, aqui especificamente, após as várias braçadas, os que se debruçaram em estudos destas áreas foram paulatinamente chegando a águas dantes inavergáveis que serviram de base para interpretações inéditas de fatos já existentes, porém, encobertos – o que seria ampliado pela lupa da asserção existencial da alienação parental.

A luz que revelou a existência da alienação parental, de modo infeliz, foi a existência de atos negativos no seio familiar. E o mar que representava toda complexidade trazida pela família invariavelmente possibilitou ser este um campo que mais tarde traria áreas perigosas, a saber, a constante desqualificação do genitor que não tem a guarda do filho. Logo, o crepúsculo comboiado pelo trabalho do farol investigativo negativo, isto é, as denúncias de alienação parental, iluminou a reflexão que credenciou o debruçar no tema presente.

À vista disso, o bálsamo trazido pelas marés que de tempos em tempos oscilavam em subida e descida, trouxe a alienação parental para o núcleo gravitacional deste artigo. Nele, comportam-se possibilidades aos milhares. Por consequência, no cerne é desejável a busca da verdade sobre os fatos. E outra: versa de fatos que acossam os intérpretes das leis que falam sobre o contexto tão complexo que é esta forma de manipulação, adubação do medo e do desrespeito, por razões distintas. Entrementes, desafiam o âmbito jurídico e psicológico.

Com esta configuração, a alienação parental parte do preceito de que existe subentendido uma atividade que está desestimulando, aos poucos, aquilo que seria valorização da figura da criança e sua posição enquanto sujeito. Também, é importante mencionar uma série de apetrechos que acompanham esse ato. Citam-se a presença do abuso sexual, do incesto, de maus-tratos. Estes, para efeito didático emergiram visando situar o leitor. Por isso indaga-se, como contraste o seguinte: a alienação parental, como ela floresce? Quais as características que, em simultâneo, acompanham o alienador? Existem teorias que contribuem massivamente para a redução do dano ventilado destrambelhadamente rumo à criança?

São questões que ao longo da construção teórica específica desassossegou os profissionais envolvidos, a saber, do direito e da psicologia mais a psicanálise. Posto que,

a ocorrência da alienação parental possibilitava que os atos viessem à tona pós-feito. Outrossim, ações denegridoras paupérrimas, realizadas pelo genitor alienante que sitiava a criança. Entrincheirada, a criança passivamente era partícipe do ato. A presença de ação de tomada de conhecimento de como se dava, inexistia – o que angustiava o infanto-juvenil. Por isso, definir juridicamente a alienação parental é pertinente.

Isto posto, as agruras a que a criança era expressamente submetida, nesta última recebeu micro alívio. Em outras palavras, por obra da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 13 de Julho de 1990. Com direitos e deveres, ordenadamente a criança e ao adolescente. Ratificação que buscaria mitigar, minorar os efeitos devastadores, desgastantes que estes sofriam. Antes disso, já em 1988 com a promulgação da Constituição Federal Brasileira, o artigo 227 já prezava pela proteção infantil, o que só foi reforçado pela lei nº 8.069/1990 aludida.

O ato de alienação parental por força dos já expostos aparatos legais e dos que a seguir serão citados, atualmente é considerado crime pela lei nº 12.318/2010, a Lei da Alienação Parental com seus 11 (onze) artigos apetecíveis de coibir as desavenças, as negativas e psicologicamente prejudiciais atuações de um genitor para com o outro. E nesse território bélico situa-se a criança. Não assistida, desvejada e alvejada por diferentes sujeitos pretensos.

Outro ponto importante é que, por se tratar de ocorrências tão-somente na região familiar é difícil a comprovação da alienação parental. Gera discussões que sobejam interpretações – uma vez que precisa de provas físicas. Entretanto, é documentado a Síndrome da Alienação Parental – SAP, criada pelo psiquiatra americano Richard Gardner, com o finco de germinar e/ou prescindir da fisicidade comprobatória. Na verdade, considerar o campo psicológico a principal validação do ato da alienação parental.

Logo, nestes termos, é efeito costurador de desafios paradigmáticos. Não obstante, que a criança seccionará seu desejo a aquele genitor que lhe oferece a maior qualidade de afeto, instrução e o coloca em evidência. Para ela não fica tão evidente que se trata de ação alienante, mas sim, protetiva, benéfica e aprazível. Em contrapartida, para que se conheçam as características do produtor da alienação é importante rever a literatura para que se possam desanuviar dúvidas acerca de tais proposituras afetuosas que, em um primeiro momento se assemelhe a afeto, porém, num segundo é puramente efeito do aroma terrificante da manipulação visando depreciação do genitor que não detém a guarda da criança.

Assim sendo, conforme os dispostos acima sobre a Alienação Parental aspira-se claramente maior reflexão que contextualize tais indagações citadas inicialmente. Em símile, discute-se que se faz necessário conhecer o âmbito tanto legal como teórico, onde destes e nestes, haja harmonizações que resultem em benefícios para a criança, e não em malefícios.

21 DEFINIÇÕES JURÍDICAS E CARACTERIZAÇÃO DOS ATOS DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A Síndrome da Alienação Parental, também conhecida pela sigla “SAP”, esteve muito presente nos estudos de Richard Gardner (1985), nos quais o estudioso defendeu a necessidade de maior atenção sobre o assunto. Além de reivindicar que a síndrome deveria ser adicionada ao Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM IV) – e em extensão, não sendo incluído na versão de número V – no qual ele acreditava que deveria ser classificada na categoria de transtornos mentais infantis. Destacando-se no rol de problemas de relacionamento entre pai, mãe e criança (BRITO, SOUSA, 2013, p. 4; ISHIDA, 2010; OLIVEN, 2010).

Neste contexto, a alienação parental define-se como um distúrbio infantil que atinge especialmente menores de idade envolvidos em situações de disputa de guarda entre os pais. Gardner (2001, p. 32) corrobora afirmando que a “síndrome se desenvolve a partir da programação ou lavagem cerebral realizada por um dos genitores para que o filho rejeite o outro responsável”. A alienação ainda pode ser compreendida em diversas situações, onde exista um elevado conflito entre pais que estão em processo litigioso, nas quais a criança apresenta forte vínculo com um dos pais e forte rejeição ao outro (BRITO, SOUSA, 2013).

E os autores Nüske e Grigorieff (2015) reforçam que

Esse fenômeno pode ser conceituado como uma interferência negativa, por parte de um dos pais ou responsável pela criança, na formação psíquica da prole, visando **prejudicar o relacionamento com o outro genitor**. Ademais, este instituto configura-se como uma forma de **abuso e descumprimento** dos deveres inerentes ao poder familiar, além de violar preceitos constitucionais, como **o melhor interesse da criança**, a dignidade humana e a paternidade responsável (NÜSKE e GRIGORIEFF, 2015, p. 2 *apud* PEREIRA, 2013, grifo nosso).

À vista disso, como uma forma de “combater” tais situações, surgiu no ano de 2010 a lei nº 12.318, também conhecida como a Lei da Alienação Parental, que adveio como uma forma de proteger a criança, e seu direito fundamental à convivência familiar saudável. Esta faz referência a aspectos emocionais e psicológicos encontrados em crianças que seriam vítimas da alienação parental, além de apontar comportamentos e distúrbios psicológicos que a criança poderia gerar, também os comprometimentos relacionados à saúde mental na fase adulta. Estão registradas 07 (sete) formas de alienação parental praticada direta ou indiretamente. Logo, fazendo ponte com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A lei também repudia o prejuízo da não manutenção das relações entre os genitores e a criança/adolescente e o quanto esse vínculo não pode interferir na integridade psicológica, além de viabilizar a aproximação entre os genitores e seus filhos. Assim como apresenta determinadas características da alienação e do alienador (BRASIL, 1991, 2010). Em conjunto são 278 (duzentos e setenta e oito) artigos que procuram proteger, cuidar do melhor interesse do infante-juvenil, pois estão em fase de desenvolvimento.

3 I CARACTERÍSTICAS DO ALIENADOR

Cabe ainda, detectar e capturar as características oriundas do genitor alienador para com a criança, sendo de extrema importância que tanto o profissional da psicologia quanto o profissional do direito reconheça e previna essa conduta evidenciada nesta temática, para que assim possa dar segmento adequado ao seu trabalho (DIAS, 2010; DUARTE, 2010).

O objetivo do alienador é distanciar o filho do outro genitor (SIMÃO, 2008). Não obstante, a alienação parental, em alguns casos, estaria integrada à estrutura psíquica do genitor dito alienador. Assim, o desfecho do casamento aliado a disputas judiciais poderia dar sequência à irrupção de transtornos psicológicos do mesmo (NUSKE; GRIGORIEFF, 2015).

Num momento de separação conjugal, cabe aos pais pensarem nos melhores meios de facilitar esse processo para a criança, contudo, a alienação parental direciona-se para o lado oposto, produzindo no (a) filho (a) uma dificuldade ainda maior para ser enfrentada diante de uma situação por si só conturbada. Essa dificuldade pode ser pensada como: apesar de gostar e sentir saudade do genitor alienado, a criança não pode deixar transparecer tal sentimento, sob pena de decepcionar ou desagradar o genitor com quem ela vive (FIGUEIREDO; ALEXANDRIDIS, 2014; GARDNER, 1991).

Os psicólogos Silva e Resende (2008, p. 28) argumentam que “o alienador acredita poder formar entre ele e o filho uma díade completa, onde nada falta, privando a criança do contato, até mesmo de manifestar sentimentos e percepções”. A prática é repulsiva, porque a criança ainda não alcançou seu desenvolvimento biopsicossocial. Além disso, a Promotora de Justiça Simão (2008, p. 14) constata que “normalmente, o genitor alienador lança suas próprias frustrações no que se refere ao insucesso conjugal no relacionamento entre o genitor alienado e o filho comum”. Através destas descobertas, pode-se perceber que além do abuso moral, e o descumprimento de deveres para com a criança, existe o contexto psicológico que permeia as características do alienador.

E segundo Prochno (2011, p. 1479 *apud* Fonseca 2006, p. 166), são inúmeras as condutas do alienador, por exemplo, “denegrir a imagem da pessoa do outro genitor; organizar diversas atividades para a criança no dia de visitas a fim de burlar o encontro; não comunicar ao outro genitor fatos importantes relacionados à vida dos filhos”. O autor continua a demonstrar as diversas características por parte do alienador, sendo elas

Obrigar a criança a optar entre a mãe ou o pai **ameaçando-a** das consequências caso a escolha recaia sobre o outro genitor; incutir na criança que o outro genitor é pessoa perigosa; em encontros casuais, **ignorar** a presença do outro progenitor levando a criança a também desconhecê-la; não permitir que a criança esteja com o genitor alienado em outras ocasiões que não aquelas prévia e expressamente estipuladas; recordar à criança, com insistência, motivos ou fatos ocorridos pelos quais fica aborrecida com

o outro genitor; **dar mais presentes à criança do que o outro genitor** e fazer comentários desabonadores sobre presentes comprados por esse” (PROCHNO, 2011, p. 1479 *apud* FONSECA 2006, p. 166, grifo nosso).

Somado a isso, como resultado, conforme Nüske (2015), o alienador acaba utilizando-se da inocência e ingenuidade da criança, conseguindo fazer com que o próprio filho respalde mentiras e volte-se contra o ascendente.

Frente a isso, segundo Trindade e Molinari (2014), o discurso do genitor constitui o sujeito, de forma que a fala imposta pelo alienador constitui/desconstitui a criança de tal forma, que esta não saberá mais o que ela “é”. A dependência emocional da criança com o genitor que detém a guarda faz com que ele estabeleça uma “lealdade invisível”, como se estar com o outro de forma prazerosa e positiva seja uma traição com a pessoa que ele mais ama e confia.

4 | PSICOLOGIA, PSICANÁLISE E A ALIENAÇÃO PARENTAL

A alienação parental é conceituada em lei, porém é, além disso, um fenômeno psíquico, daí a necessidade de se pensar o papel do psicólogo ou psicanalista como possibilidade de determinação no acompanhamento destes casos. A proposta de intervenção por parte de profissionais da saúde mental visa a “elaboração psicológica do conflito” (REFOSCO, FERNANDES, 2018, p. 2).

Para Guyomar (1996), em se referindo ao que se passa com a criança durante o processo de separação litigiosa dos pais, trata-se de um impasse, uma pergunta sem uma resposta. A criança alienada encontra-se perdida entre questões as quais não consegue processar, às quais ninguém propõe algo que lhe permita coadunar as ideias contrastantes.

O papel da psicanálise e da psicologia seria localizado exatamente neste entremeio de não relações, de perdas simbólicas, um lugar ocupado sem que se tenha noção de onde se está. Lenita (2005) afirma que, em alguns casos, a criança deixa de ser uma depositária de amor para tornar-se objeto, um “bem útil à família”, lugar de gozo para estes conflitantes. Em suma, a criança está fixada entre estes como objetificada, e não objeto de desejo; mas objeto de gozo, de aplacação desta falta de todos os que a rodeiam.

Segundo Gardner (*apud* REFOSCO e FERNANDES, 2018, p. 3), a síndrome de alienação parental tem sua origem neste relacionamento fortemente conflituoso dos genitores, dando vasão a uma “desordem psiquiátrica constituída pela soma de programação mental da criança por um dos genitores – em geral a mãe – para denegrir o outro – em geral o pai”, e não obstante, é continuada pela própria criança em campanhas de difamação contra o genitor que, nesta relação, é alienado. Fica claro, neste interim, que a criança enquanto sujeito é elidida desta equação, estruturada em duas partes litigiosas frente a um objeto que lhes pertenceria. Tendo em vista essa descrição da síndrome de alienação parental, Refosco e Fernandes (2018), declaram que as medidas legais acabam sendo repressivas. Expõem o seguinte

Dentre as medidas legais, o acompanhamento psicológico é o que mais se afasta do viés repressivo ou punitivo. Pode ter um efeito transformador, pois a hipótese da alienação parental aponta sempre para um sofrimento psíquico, que encontra na escuta terapêutica e no acolhimento da dor (funções básicas do manejo do acompanhamento psicológico) a possibilidade de o sujeito se implicar na construção da sua história e dos seus vínculos e, conseqüentemente, por eles se responsabilizar (REFOSCO, FERNANDES, 2018, p. 7).

A principal contribuição sugestiva da psicanálise conexas à psicologia, poderia ser interpretada como a função de esclarecimento dessas questões não vislumbradas por um sujeito não implicado nestas relações, e assim passar a implicar-se. Além da teoria e dos estudos que se desenrolam destes casos, o acompanhamento analítico vem como o reestabelecimento desta criança na qualidade de não alienada de si, mas como se reconhecendo enquanto responsável e não apenas peça de troca e de conflitos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de idealização da escrita, foi possível entrelaçar definições que abarcam a área jurídica, bem como da psicologia, para que juntas, proporcionassem um distinto olhar a respeito da alienação parental. Após uma instigante imersão no âmbito judicial, as características impostas pela lei nº 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental) nortearam o grupo para as questões legais do tema.

Desta feita, entende-se que, perante o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é resguardada com extremo respeito e relevância o direito da criança em conviver de maneira prazerosa com ambos os genitores e, ainda no que concerne a esfera judicial, constata-se a imprescindível necessidade do envolvimento entre todas as partes interessadas no bem estar da criança. Contudo, as figuras paterna e materna são peças-chave para a díade que se forma com o Estado em busca de assegurar um próspero desenvolvimento biopsicossocial do infante. Portanto, sujeito de direitos e deveres em processo de maturação desenvolvimental.

Observe-se que, apesar de uma relação ternária, o conjunto Pai-Mãe-Estado é tomado, aqui, como uma díade. A que isso faz referência? Refere diretamente ao que concerne ao direito da criança de um desenvolvimento em ambiente salutar. O Estado, como mediador comum, é tomado como à parte enquanto pai e mãe estão diretamente envolvidos com o (s) infante (s) em questão. Entretanto, há necessidade de notar as conseqüências desta divisão. Note-se que o Estado – bem entendido como meio de resguardar os direitos e deveres dos cidadãos –, idealmente imparcial, encontra-se sempre afastado da convivência mais proximal com os salvaguardados por sua legislatura, o que deixa em aberto um universo infinito de possibilidades de atuações dentro da finitude do espaço interno familiar.

Como resguardar a saúde emocional e relacional, por suas naturezas próprias já tão intangíveis? Pois bem, há meios de fazê-lo. E é aí o lugar ocupado, teoricamente e de forma prática, pela atuação da psicologia. Este espaço de aproximação, mesmo que sem convivência direta com o seio familiar, é a principal capacidade das práticas dos profissionais das ditas psicologias: há um hiato, uma hiância que não se pode habitar por ser espaço vazio idiossincrático das experiências humanas; uma separação entre “eu” e “outro” que existe mesmo nas relações mais próximas.

Este “espaço vazio”, propriamente relacional, tenta-se apagá-lo sempre, e a todo o custo. Entretanto, estruturalmente falando, a psique humana não permite que isto se dê, mas existem lugares de risco que não se pode elidir. Ser criança é ocupar, veementemente, este lugar de risco, e em um processo litigioso de separação de um casal, ser criança é ocupar este lugar de forma veementemente forte. A repetição de termos é proposital, a ênfase é indubitavelmente um recurso da alienação parental.

Esta exclusão das fronteiras entre existências se torna arma nas mãos de alguém que legalmente detém o cargo de “guardião”. E não é raro que gere frutos – sem dúvida, aparentemente doces ao alienador, mas extremamente venenosos. A criança nestas relações é tomada unicamente como objeto, e objeto de gozo usado para satisfazer não um desejo – que é próprio do movimento da vida – mas algo sumariamente desentendido, posto de lado para que a vista não perceba, mas centralmente localizado em torno do que gira todo o resto.

Ademais, pode-se ser mais claro: o filho do casal em litígio deixa de ser um sujeito; não é mais um ser desejante, e sim algo que se usa para fins perversos, ou seja, o que está, como dito, central neste interim, é a angústia do genitor alienado, e aí está este menor, bem entendido como incapaz por que, acima de tudo, é tornado incapaz, apagado de sua própria singularidade como sujeito e rebaixado ao estatuto de simples “coisa”. Não à toa, disto se deriva o que se conhece como Síndrome da Alienação Parental. O resultado é nocivo. O filho acaba por não se relacionar com nenhum dos pais, podem estar próximos, mas separados pela barreira de uma existência tomada como objetal.

Neste âmbito, para assegurar o desenvolvimento saudável dos envolvidos e a garantia pelo direito da ampla convivência, a relação entre jurisprudência e psicologia procura aliar o modo de como a família lida com a ruptura conjugal e buscam fazer com que exista o mínimo de pontos negativos nesse processo de mudança, fazendo com que não ocorra um distanciamento entre o genitor e seus filhos, procurando o desenvolvimento de vínculos afetivos e com uma consciência entre a diferença e a alteridade. O ideal, buscado no horizonte destas praticas mediadoras, é localizar a criança/adolescente enquanto indivíduo.

E por último, faz-se necessário enfatizar, uma última vez a importância de procurar acompanhamento psicológico nas situações em que a alienação parental é cogitada, seja por parte da justiça ou por parte da família do menor. Nesses casos, o posicionamento de

um profissional qualificado pode vir a contribuir para uma ressignificação das concepções que atingem os envolvidos na alienação parental psicanalítica e psicologicamente. Pois tal medida tem o intuito de simplificar o processo de elaboração da nova realidade, e assim poder apresentar inéditas possibilidades para a escuta de seus medos e inseguranças, gravados e agravados no processo de mudança da dinâmica familiar, onde por diversas circunstâncias o lugar da criança é anulado, esvaziado, fenecido e sem chão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Leis e Decretos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/jul/2019.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**: Dispoem sobre o Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/out/2019.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**: Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/out/2019.

_____. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**: Dispoem sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28/out/2019.

DIAS, M.B (coord.). **Incesto e alienação parental**: realidade que a justiça insiste em não ver. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

DUARTE, M. **Alienação parental**: restituição internacional de crianças e abuso do direito de guarda. Fortaleza: Leis & Letras, 2010.

FIGUEIREDO, F. V.; ALEXANDRIDIS, G. **Alienação parental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FONSECA, P. M. P. C. (2006). Síndrome de alienação parental. **Pediatria**, 28(3), 162-168.

GARDNER, R. (1991). Legal and psychotherapeutic approaches to the three types of parental alienations syndrome families. When psychiatry and law join forces. **Court Review**, 28(1), 14-21. Recuperado em 19 janeiro 2009, de <http://www.fact.on.ca>.

GUYOMAR, P. **O gozo do trágico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

ISHIDA, V. K. **Alienação parental e os efeitos da Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br>. Acesso em: 14/out/2019.

NUSKE, J. P. F.; GRIGORIEFF, A. G. Alienação parental: complexidades despertadas no âmbito familiar. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 77-87, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em 10/set/2019.

OLIVEN, L. R. A. **Alienação Parental**: a família em litígio. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br>> Acesso em: 11/09/2019.

PEREIRA, R. C. **Alienação parental**: uma inversão da relação sujeito-objeto Disponível em: < <https://www.fundacao1demaio.org.br>> . Acesso em: 14/out/2019.

PROCHNO, C. C. S. C.; PARAVIDINI, J. L. L.; CUNHA, C. M. Marcas da alienação parental na sociedade contemporânea: um desencontro com a ética parental. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 11, n. 4, p. 1461-1490, dez. 2011. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org>>. Acesso em 10/set/ 2019.

REFOSCO, H. C.; FERNANDES, M. M. G. Entre o afeto e a sanção: uma crítica à abordagem punitiva da alienação parental. **Rev. direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 79-98, Abril. 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 10/set/ 2019.

SILVA, E. L.; RESENDE, M. (2008). SAP: A exclusão de um terceiro. In **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos** (pp. 26-34). Porto Alegre: Equilíbrio, 2008.

SIMÃO, R. B. C. Soluções judiciais concretas contra a perniciosa prática da alienação parental. In **Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos** (pp. 14-25). Porto Alegre, RS: Equilíbrio, 2008.

SOUSA, A. M. **Síndrome da alienação parental**: um novo tema nos juízos de família. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TRINDADE, J. & MOLINARI, F. Reflexões sobre alienação parental e a escala de indicadores legais de alienação parental. In C. ROSA & L. THOMÉ (Orgs.). **O direito no lado esquerdo do peito**: ensaios sobre direito de família e sucessões (pp. 23-33). Porto Alegre: IBDFAM, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Centrada na Pessoa 129, 130, 131, 140, 141, 254

Adolescência 4, 36, 94, 104, 112, 115, 118, 119, 120, 121, 123, 127, 203, 222, 225, 254

Álgebra 142, 143, 144, 145, 146, 147, 152, 153, 254

Alienação Parental 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 254

Alimentação Saudável 207, 212, 217, 218, 254

Anorexia Nervosa 1, 2, 3, 5, 7, 9, 11, 12, 208, 209, 219, 220, 254

Aprendizagem 8, 25, 56, 62, 64, 69, 71, 72, 106, 107, 110, 114, 115, 127, 131, 134, 135, 136, 142, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 163, 165, 166, 168, 171, 183, 194, 206, 225, 234, 235, 238, 248, 254

atividade física 181, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 254

Atividade Física 181, 184, 254

C

Cardiopatia 74, 75, 79, 80, 82, 254

Centro de Atenção Psicossocial 84, 88, 90, 102, 103, 104, 254

Cognição 106, 114, 142, 157, 254

Comportamento 51, 52, 64, 65, 72, 99, 207, 221, 222, 254

Comportamento Alimentar 1, 2, 9, 207, 208, 211, 213, 222, 254

Contemporaneidade 11, 223, 231, 254

COVID-19 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 181, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 254

Criança 1, 6, 7, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 79, 82, 95, 98, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 121, 123, 126, 127, 128, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 168, 170, 171, 174, 179, 180, 254

Cultura 25, 31, 33, 102, 125, 134, 139, 151, 152, 153, 166, 203, 208, 209, 254

D

Desenvolvimento Infantil 35, 41, 42, 43, 163, 254

Dificuldade de Aprendizagem 127, 136, 155, 254

E

Educação 23, 24, 33, 34, 73, 84, 87, 96, 101, 102, 114, 129, 130, 133, 137, 139, 141, 153, 154, 165, 168, 172, 180, 181, 193, 237, 246, 252, 254

Educação Infantil 24, 73, 105, 106, 112, 114, 115, 140, 252, 254

Educação para Jovens e Adultos 133, 254

Ensino 24, 25, 31, 55, 63, 70, 93, 102, 105, 107, 110, 130, 133, 135, 139, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 169, 171, 172, 181, 182, 183, 184, 189, 190, 191, 194, 195, 196, 204, 205, 206, 214, 234, 235, 236, 237, 238, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 254

Estatuto da Criança e do Adolescente 13, 15, 16, 19, 21, 174, 179, 180, 254

Estresse 35, 39, 54, 60, 75, 76, 254

Estresse Infantil 47, 57, 254

Existencialismo 254

I

Identidade 9, 10, 96, 104, 108, 120, 121, 122, 130, 134, 139, 140, 141, 145, 159, 175, 176, 223, 224, 225, 227, 231, 232, 233, 254

Infância 4, 6, 23, 24, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 79, 93, 99, 101, 104, 106, 107, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 155, 170, 174, 209, 225, 254

L

Linguagem 8, 10, 40, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 125, 127, 143, 144, 146, 147, 151, 154, 158, 177, 201, 229, 254

M

Medicalização 92, 165, 166, 167, 168, 172, 254

O

Ortorexia 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 254

P

Processos Psicológicos 105, 106, 254

Psicanálise 2, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 118, 127, 128, 252, 254

Psicologia 2, 13, 23, 24, 33, 59, 60, 64, 72, 101, 102, 104, 112, 114, 115, 128, 129, 130, 131, 132, 138, 140, 141, 165, 167, 169, 172, 174, 179, 192, 194, 206, 207, 218, 234, 236, 237, 245, 246, 249, 251, 252, 254

Psicologia Escolar 129, 130, 131, 132, 137, 138, 139, 140, 141, 155, 234, 238, 252, 254

Psicologia Humanista 129, 131, 132, 254

Psicologia Social 140, 223, 227, 230, 254

Psicomotricidade 62, 63, 68, 69, 73, 254

Psiquiatria Educacional 254

R

Representações Sociais 23, 24, 26, 27, 28, 32, 33, 93, 102, 180, 254

S

Saúde 59, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 84, 87, 93, 96, 101, 102, 103, 104, 118, 163, 172, 173, 176, 181, 182, 183, 208, 209, 221, 222, 234, 236, 249, 250, 251, 252, 254

Saúde Mental 16, 18, 37, 58, 75, 76, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 108, 120, 173, 176, 181, 182, 183, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 254

Separação 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 20, 36, 79, 254

Síndrome 9, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 52, 53, 64, 65, 74, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 217, 254

T

Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade 254

Transtorno do Espectro Autista 62, 63, 64, 65, 70, 71, 99, 254

Transtornos Alimentares 2, 11, 207, 208, 209, 211, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 254

PSICOLOGIA: COMPREENSÃO TEÓRICA E INTERVENÇÃO PRÁTICA 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

PSICOLOGIA: COMPREENSÃO TEÓRICA E INTERVENÇÃO PRÁTICA 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 